

Câmara da Lagoa defende acesso condicionado ao miradouro da Lagoa do Fogo

O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, Frederico Sousa, esteve ontem presente na audição da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CAPADS), na Delegação da ALRAA, no âmbito do projeto de resolução que “Recomenda ao Governo Regional a Implementação de um sistema de acesso ao miradouro e pontos de interesse da Reserva Natural da Lagoa do Fogo e áreas limítrofes, por ‘shuttle’, preferencialmente elétrico, em sistema Hop On Hop Off”.

A Câmara Municipal de Lagoa reconhece a necessidade de reorganizar e disciplinar o acesso e permanência à Serra de Água de Pau, nomeadamente ao Miradouro da Lagoa do Fogo e isso, com o menor impacto ambiental possível.

Nesse âmbito, Frederico Sousa defende que se deve implementar uma solução de cariz sazonal e experimental, tendo em conta que, a realidade entre maio e outubro é distinta do resto do ano, pelo que a edilidade julga ser mais adequado optar por uma solução experimental, para o próximo verão, que pode passar por um sistema de ‘shuttle’, preferencialmente elétrico, em sistema Hop-On e Hop-Off.

Por seu turno, para a época baixa do ano, o edil considera que se devia priorizar uma solução de controlo de acessos



Edilidade concorda com sistema de ‘shuttle’, preferencialmente eléctrico, em sistema Hop-On e Hop-Off

com portagens virtuais, junto aos Remédios, mais precisamente perto da Casa da Água e junto à Caldeira Velha, sendo fácil controlar as viaturas que sobem e que descem nos dois pontos (Lagoa e Ribeira Grande), solução que poderá coexistir todo o ano.

Nesse sentido, será necessário definir o número máximo de viaturas que poderiam estar estacionadas e a circular, e em caso de lotação, seria possível fechar o acesso à entrada de novas viaturas, nomeadamente com o auxílio a uma barreira

automática ou a uma sinalização com um semáforo. Toda a solução poderia, igualmente, estar ligada a uma aplicação móvel que daria aos visitantes a carga no momento da visita e tempo de espera para subirem à serra.

De igual modo, a Câmara Municipal de Lagoa defende que este acesso deve ser gratuito para os residentes portadores de domicílio fiscal na Região Autónoma dos Açores.

Frederico Sousa elencou, igualmente, que em relação a um eventual Centro

Interpretativo, o mesmo deve ser substituído por soluções digitais móveis e/ou com recurso às infraestruturas existentes como a Casa da Água, nos Remédios ou pelo próprio OVGA - Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores, na Atalhada.

Finalmente, a edilidade lagoense defende que qualquer sistema que implique pagamento no acesso à Serra de Água de Pau, nomeadamente ao Miradouro da Lagoa do Fogo, deverá ser articulado com as Câmaras Municipais.

Director do Okeanos discorda de incentivos a pescadores para que recolham lixo do mar

O diretor do instituto Okeanos, Gui Menezes, discorda do projeto legislativo apresentado pelo PAN no parlamento dos Açores, que defende a criação de incentivos monetários para que os pescadores recolham lixo marinho no arquipélago.

“Os pescadores açorianos estão hoje muito mais despercebidos para o problema do lixo marinho nos Açores e muitos deles fazem a recolha do lixo de forma voluntária”, explicou o investigador açoriano, ouvido pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa dos Açores.

Gui Menezes, que desempenhou as funções de Secretário Regional do Mar e das Pescas na anterior legislatura (quando o PS estava no Governo Regional), entende que a criação de um apoio financeiro para a recolha de lixo marinho pode colocar em causa o trabalho voluntário que muitas associa-



ções sem fins lucrativos habitualmente efetuam, de recolha de lixo nas zonas costeiras das ilhas.

O único deputado do PAN ao parlamento dos Açores, Pedro Neves, defende que os pescadores açorianos devem receber um “prémio monetário”, a definir pelo Governo, por cada quilo de lixo marinho recolhido no mar dos Açores e entregue nos portos da região, como forma de reduzir o impacto ambiental

nos ecossistemas marinhos, dos plásticos e das redes de pesca perdidas.

“Temos assistido ao crescendo da poluição marinha e da concentração de micro e macro plásticos nos oceanos, que provocam um significativo impacto nos ecossistemas e biodiversidade marinha, originando zonas mortas nos oceanos e diversas lesões e mortes de animais marinhos”, pode ler-se na proposta que o partido entregou no parlamento, em junho.

Pedro Neves lembra que o lixo marinho constitui também um perigo para a saúde humana, uma vez que já foi identificada a presença de “microplástico e nanoplastico” na corrente sanguínea e nos tecidos de órgãos como o pulmão, o fígado e os rins.

A par destes incentivos à recolha de lixo marinho, o deputado do PAN propõe ainda a adaptação das instalações portuárias na região, para a

recepção e armazenamento dos resíduos, em ligação com os sistemas municipais de recolha e gestão de resíduos, bem como o desenvolvimento de soluções para aproveitamento do lixo marinho no arquipélago.

O diretor do Okeanos (instituto criado nos Açores em 2015 dedicado à investigação marinha) entende que este projeto de decreto legislativo regional vai ser “difícil” de aplicar na região, tendo em conta as exigências logísticas que implica, sobretudo nos pequenos portos de pesca das ilhas.

Gui Menezes referiu-se também aos resultados de um estudo efetuado pelos investigadores açorianos, segundo o qual a maioria do lixo marinho que dá à costa nos Açores, considerado “flutuante”, é proveniente de fora da região.

O responsável reconheceu que a iniciativa do PAN teria o mérito de assegurar uma maior organização na recolha e tratamento destes resíduos.